

# A crise, o pacote e seus críticos

**Q**uando eu era coordenador político do governo Collor, um prezado amigo, ex-presidente da República, me pediu que lhe desse quatro conselhos, os quais, infelizmente, o presidente não acolheu. O primeiro era que não acreditasse no que lhe diziam os economistas pertencentes à equipe governamental. Não que se tratasse de inconfiabilidade deles em si mesmos, mas porque, estando no governo, os economistas sempre se consideram donos da sua ciência e, por isso, são extremamente auto-suficientes. E mais: que os economistas geralmente só têm razão quando estão na oposição. Literato, o meu amigo levou-me a associar a volubilidade dos economistas com o conde Chalvet, o personagem de Stendhal em *O Vermelho e o Negro*, que perguntava com certo cinismo: "Por que hão de querer que eu seja hoje da mesma opinião que tinha há seis meses? Nesse caso, a minha opinião seria o meu tirano"... Collor, ele mesmo, era formado em economia, do que, parece, se lembrava vagamente. Acabou sofrendo muito mais por não se servir de outro conselho, a respeito do cuidado a ter com os áulicos e os parentes.

Algumas verdades pairaram acima das conveniências de interpretação, para agradar ou desagradar ao governo. Uma é que somos uma economia dependente de causas exógenas, e não em pequeno grau. A outra é que, desde 1995, vimos tendo sucessivos déficits da balança comercial, o que agrava o de contas correntes, somados que são aqueles ao serviço da dívida externa. Queira a oposição ou não, o pacote de 10 do



**Difícil distinguir as profecias de Cassandra das que apenas expressam um desejo maligno**

corrente foi inevitável por imprescindível, já que se impõe diminuir as despesas e aumentar as receitas, dando que as reformas que garantiriam o ajuste fiscal estão por ser votadas e a âncora cambial prejudica as exportações. Algumas das medidas editadas podem não ter sentido na busca desse desiderato. Ou porque são inócuas ou porque são contraditórias no

curto prazo. No primeiro caso está a extinção de 70 mil cargos vagos no Executivo federal. Se estão vagos, a extinção não trará redução de gastos. No segundo, está a demissão de 33 mil servidores não estáveis, uma vez que, dando-lhes a compensação no valor de um salário por ano trabalhado, se conclui que a

economia na folha de pagamento do funcionalismo será anulada pelo custo da demissão. Se a primeira é totalmente inócuas, a segunda, porém, resultará em economia a partir de 1999, à custa de tremenda impopularidade do governo.

As críticas somam tendências e até interesses diversos. Oposicionistas de várias filiações doutrinárias se dividem nas discordâncias. Uns repetem os chavões surrados: a dívida externa, o governo elista, privilégio dos grandes grupos econômicos, privatizações estatais na bacia das almas. A crítica é mais ideológica do que consistente.

Há os que gritam contra o aumento, de fato violento, dos juros, que agravam o custo financeiro do setor produtivo, sugerindo desemprego. Alguns chegam a falar em "recessão brutal". Vozes expressivas se fazem ouvir, "em nome do povo", para impugnar o aumento do Imposto de Renda da Pes-

soa Física, o que atinge fortemente a classe média, que foi (ou ainda é?) a grande fazedora de governos.

O senador Sarney, que temido posição confortável nas pesquisas de intenção de voto para presidente da República, falando na sua televisão em São Luís, chamou a atenção para o fato de que, "das 51 medidas anunciadas, 16 atingem o funcionalismo público". Acha injusto porque não vê em que o funcionalismo agrave o Tesouro e classifica isso de obsessão da equipe econômica.

A esquerda alegra-se porque entende que a reeleição de Fernando Henrique, antes praticamente assegurada, já agora é uma interrogação. Para uns poucos, a esperança reside no princípio nefasto do quanto pior, melhor. No fundo, em vez de atingirem o presidente, estão a louvar-lhe o comportamento de estadista, ao pôr em risco seu futuro político em favor da saúde financeira e econômica do País.

Outro presidenciável, o ideologicamente versátil economista Ciro Gomes, prefere fazer antevições pessimistas. Anuncia que o Real terá o mesmo destino que teve o Cruzado em 1986, na Presidência de Sarney. O governo manterá artificialmente o câmbio para ganhar as eleições, findo o que desvalorizará o real, vaticina ele.

O terreno, então, é movediço. Difícil distinguir as profecias de Cassandra, que realmente se comprovavam, daquelas que expressam antes um desejo maligno. Como o ofício de vidente de toda natureza, de pais-de-santo, de jogadores de búzios e de cartomantes de tarô deixou de ser contravenção penal, o ex-ministro só corre o risco de ser desmentido pelo futuro. Para tristeza dele. Ou para desgraça nossa.

